



CONCURSO PÚBLICO - Edital N.º 001/2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: 20 de Dezembro de 2009

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: PROCURADOR DO MUNICÍPIO

Nome do Candidato: _____
Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Esta prova contém 60 questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa e 50 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 14:30h e término às 18:30h (horário local).
3. A resposta definitiva de cada questão objetiva deve ser obrigatoriamente, assinalada no CARTÃO RESPOSTA, considerando a numeração de 01 a 60.
4. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois não serão consideradas marcações a lápis no CARTÃO RESPOSTA. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
6. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
7. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.
8. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão resposta por erro do candidato. O cartão resposta só será substituído se for constatado falha de impressão.
9. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da mesma. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
10. O candidato deverá devolver no final da prova, o boletim de questões e o cartão-resposta recebidos.
11. Será automaticamente eliminado do concurso público da Prefeitura Municipal de Parauapebas, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2009.

Boa prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1 – QUESTÕES 01 a 04

A abolição do gerúndio

por José Augusto Carvalho

1 José Roberto Arruda, governador de Brasília, em seu artigo “Demiti
2 o gerúndio”, argumenta que demitir o gerúndio era uma necessidade,
3 porque os funcionários públicos recorriam a ele “para justificar a própria
4 ineficiência”. Para ele, ditos como “estamos preparando” ou “estamos
5 providenciando” (exemplos citados por ele como condenáveis, mas
6 exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o
7 gerundismo) caracterizariam “um crime contra a população” por
8 representar uma “progressão indefinida”.

9 Além do raciocínio indutivo que faz tábula rasa de todos os
10 funcionários, considerados proteladores e ineficientes, José Roberto
11 Arruda condena o gerúndio porque, para ele, o abuso do gerúndio é que
12 seria responsável pelo emperramento da máquina administrativa. O
13 gerúndio é que seria responsável pela burocracia, “enquanto doentes
14 padecem nas filas dos hospitais”. Vale dizer: eliminando-se o gerúndio,
15 os doentes terão atendimento, os funcionários exercerão suas funções
16 com zelo, dedicação e eficiência.

17 “Abolir” o gerúndio é cercear a liberdade de expressão do falante.
18 Não é o gerúndio que provoca o adiamento de um processo, a
19 procrastinação de um serviço público ou a falta de atendimento médico.
20 Na ótica simplista do Sr. Arruda, eliminando-se o gerúndio, eliminam-se
21 também a preguiça e a incompetência dos funcionários e burocratas da
22 sua administração. Se a mesa está quebrada, basta eliminar a palavra
23 “quebrado” do dicionário para que a mesa fique consertada; para que um
24 motor de carro funcione sempre, basta eliminar a palavra “pane” dos
25 dicionários. Para que um funcionário trabalhe, basta eliminar o gerúndio
26 do seu vocabulário.

27 O Sr. José Roberto Arruda descobriu a cura de todos os males!
28 Oxalá falantes ilustres tenham o bom senso de entender que a nossa
língua portuguesa não tem um único dono. Nossa língua portuguesa é a
língua de todos nós, mesmo que alguma autoridade não concorde com o
nosso jeito de usá-la.

<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/18/o-gerundio-expulso-a-abolicao-do-gerundio-e-as-143792-1.asp>
[com adaptações]

01. Em sua argumentação, o autor do texto

- (A) defende o uso do gerúndio pelos funcionários públicos para justificar sua ineficiência.
- (B) condena a proibição do uso do gerúndio porque, para ele, a língua é um bem coletivo.
- (C) julga factível induzir a comportamentos desejados por meio da eliminação de palavras ou de categorias gramaticais.
- (D) considera necessário tomar providências, no âmbito da língua portuguesa, para que os funcionários exerçam suas funções com zelo, dedicação e eficiência.

02. Não é possível ver ironia no seguinte fragmento do texto:

- (A) “O Sr. José Roberto Arruda descobriu a cura de todos os males!” (linha 24).
- (B) “Para que um funcionário trabalhe, basta eliminar o gerúndio do seu vocabulário” (linhas 22-23).
- (C) “exemplos citados por ele como condenáveis, mas exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o gerundismo” (linhas 4-6).
- (D) “Vale dizer: eliminando-se o gerúndio, os doentes terão atendimento, os funcionários exercerão suas funções com zelo, dedicação e eficiência” (linhas 12-14).

03. Quanto às ideias desenvolvidas no texto, é incorreto afirmar que
- (A) José Augusto Carvalho acusa os funcionários públicos de ineficiência e procrastinação.
 - (B) uma progressão indefinida no âmbito do serviço público é, segundo o autor, um verdadeiro crime contra a população, porque emperra a máquina administrativa.
 - (C) o exemplo a que recorre o autor, em “Se a mesa está quebrada, basta eliminar a palavra “quebrado” do dicionário para que a mesa fique consertada”, coloca em evidência o absurdo da decisão do governador de Brasília.
 - (D) o autor, no enunciado “exemplos citados por ele como condenáveis, mas exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o gerundismo”, distingue dois possíveis usos do gerúndio: um permitido e outro abusivo.

04. Quanto aos fatos gramaticais da língua, é falso afirmar que
- (A) “público”, “médico” e “ótica” (linha 17) obedecem à mesma regra de acentuação.
 - (B) o verbo em “eliminam-se também a preguiça e a incompetência” (linhas 18-19) está na voz ativa.
 - (C) o uso de “é que” é expletivo em “o abuso do gerúndio é que seria responsável” (linha 10).
 - (D) a palavra “ditos” em “Para ele, ditos como ‘estamos preparando’” (linhas 3-4) é um substantivo e significa “aquilo que se diz”.

05. Quanto às relações de sentido, é correto afirmar que
- (A) a locução “bom senso” (linha 25) significa “sentido utilitário; discernimento do útil”.
 - (B) a preposição “para”, em “para justificar a própria ineficiência” (linha 3), indica direção.
 - (C) haverá alteração de sentido se substituirmos “na ótica simplista” (linha 17) por “na visão sutil”.
 - (D) a substituição de “oxalá” (linha 24) por “tomara” não prejudicaria o sentido nem a correção do texto.

TEXTO 2 – QUESTÕES 06 e 07

O gerúndio é só o pretexto I
Luiz Costa Pereira Jr.

1 Ele chegou furtivo, espalhou-se feito gripe e virou uma compulsão
2 nacional. Em menos de uma década, o gerundismo cavou pelas bordas
3 seu lugar sob os holofotes do país. É o Paulo Coelho da linguagem
4 cotidiana. Nas filas de banco, em reuniões de empresas, ao telefone, nas
5 conversas formais, em e-mails e até nas salas de aula, há sempre
6 alguém que "vai estar passando" o nosso recado, "vai estar analisando"
7 nosso pedido ou "vai poder estar procurando" a chave do carro. É
8 fenômeno democrático, sem distinção de classe, profissão, sexo ou
9 idade. O gerundismo já foi alvo de tantos e tão calorosos debates, que
10 mesmo a polêmica em torno dele pode estar virando uma espécie de
11 esporte de horas vagas, quase uma comichão a que poucos parecem
12 indiferentes. Embora não haja explicação única para a origem do
13 fenômeno, sua popularidade chama a atenção não só de especialistas da
14 língua, mas de empresários e ouvidos sensíveis a saraivadas repetidas
15 do mesmo vício.

16 O gerundismo pode não passar de moda e, tal como veio,
17 desmanchar-se no ar, como outros vícios de ocasião. O movimento
18 recente contrário à sua aceitação pode indicar que o fenômeno está
19 longe de generalizar-se. Mas, se ele corresponder mesmo a uma
20 necessidade nem sempre consciente da comunidade, erradicá-lo vai
demorar muito mais do que se imagina. Ainda é cedo para garantir, com
firmeza, o futuro do combate ao gerúndio vicioso. Se tal esforço "vai estar
surtindo efeito", só o tempo "vai poder estar dizendo".

06. Não há linguagem figurada no seguinte enunciado:

- (A) “Ele chegou furtivo, espalhou-se feito gripe e virou uma compulsão nacional” (linhas 1-2).
- (B) “Em menos de uma década, o gerundismo cavou pelas bordas seu lugar sob os holofotes do país. É o Paulo Coelho da linguagem cotidiana” (linhas 2-3).
- (C) “Embora não haja explicação única para a origem do fenômeno, sua popularidade chama a atenção não só de especialistas da língua, mas de empresários e ouvidos sensíveis a saraivadas repetidas do mesmo vício” (linhas 11-14).
- (D) “Nas filas de banco, em reuniões de empresas, ao telefone, nas conversas formais, em e-mails e até nas salas de aula, há sempre alguém que ‘vai estar passando’ o nosso recado, ‘vai estar analisando’ nosso pedido ou ‘vai poder estar procurando’ a chave do carro” (linhas 3-7).

07. Entre os termos abaixo, não retoma a palavra “gerundismo”

- (A) “alvo” (linha 8).
- (B) “vício” (linha 14).
- (C) “Paulo Coelho” (linha 3).
- (D) “fenômeno democrático” (linha 7).

TEXTO 3 – QUESTÕES 08 e 09

O Gerúndio é só o pretexto II

Luiz Costa Pereira Jr.

- 1 Ao adotar o gerúndio numa construção que não o pedia, a pessoa finge
- 2 indicar uma ação futura com precisão, quando na verdade não o faz.
- 3 Para a professora Maria Helena de Moura Neves, da UNESP e do
- 4 Mackenzie, autora da *Gramática de Usos do Português*, o gerundismo faz
- 5 a informação pontual (em que o foco está na ação) ser transformada
- 6 numa situação em curso (durativa). O aspecto pontual é aquele em que
- 7 um fenômeno é flagrado independentemente da passagem de tempo - o
- 8 verbo se refere só à ação. São pontuais, por exemplo, expressões como
- 9 “vou fazer” ou o futuro do presente, “farei”.
- 10 Porque os mecanismos lingüísticos são acionados pela intenção, diz
- 11 Maria Helena, é possível obter um efeito pragmático na locução do
- 12 gerúndio de atenuar o compromisso com a palavra dada.
- 13 - Quando digo “vou passar seu recado”, a referência é a ação em si. Não
- 14 me ateno à sua duração. Com isso, amarro um compromisso. A ação é
- 15 indicada ali, pura e simplesmente. Garanto que ela se cumprirá. Ao usar
- 16 o gerúndio, deixo de me referir puramente à ação e incorpora-se o
- 17 aspecto verbal durativo. A ênfase passa a ser outra. Você comunica que
- 18 até encontrará tempo para fazer a ação, mas seu foco não está mais
- 19 nela.

<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10887>
[com adaptações]

08. Pode-se afirmar que o excerto acima é predominantemente

- (A) informativo, visto que fornece informações sobre o uso abusivo do gerúndio no Brasil.
- (B) dialogal, porque nele se estabelece um diálogo com o leitor acerca do uso do gerúndio.
- (C) explicativo, visto que nele se explica que o gerundismo está relacionado a propósitos comunicativos.
- (D) descritivo, dada a ênfase na descrição de estruturas da língua portuguesa em que ocorre o uso abusivo do gerúndio.

09. Quanto aos fatos gramaticais da língua, é correto afirmar que

- (A) o uso da crase em “deixo de me referir puramente à ação” (linha 16) é optativo.
- (B) “se”, em “incorpora-se o aspecto verbal durativo” (linhas 16-17), é uma conjunção integrante.
- (C) há oração sem sujeito em “é possível obter um efeito pragmático na locução do gerúndio” (linha 11-12).
- (D) a próclise em “quando na verdade não o faz” (linha 2) justifica-se pela presença de palavra atrativa.

10. Como se pode depreender da leitura dos vários textos, o gerundismo é o mau emprego do gerúndio, como ocorre, por exemplo, em

- (A) “O gerundismo já foi alvo de tantos e tão calorosos debates, que mesmo a polêmica em torno dele pode estar virando uma espécie de esporte de horas vagas, quase uma comichão a que poucos parecem indiferentes.” (<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10887>).
- (B) “Este artigo foi feito especialmente para que você possa estar recortando e possa estar deixando discretamente sobre a mesa de alguém que não consiga estar falando sem estar espalhando essa praga terrível da comunicação moderna, o gerundismo” (FREIRE, Ricardo. *Gerundismo*. Estado de S. Paulo. São Paulo. 16 de fev. 2001).
- (C) “O Diário da Região de Rio Preto publicou matéria sobre o emprego do gerúndio, fazendo críticas (justas) ao seu emprego abusivo e de forma gramaticalmente errada, prática esta que tem sido bastante utilizada por operadores de telemarketing, alguns jornalistas e pessoas em geral. [...] A sintaxe da língua portuguesa do Brasil está sofrendo contaminação da sintaxe da língua inglesa. O atendimento das moças do telemarketing está contaminando a fala das pessoas”. (<http://mfmdutra.wordpress.com/2006/03/14/uso-e-abuso-do-gerundio/> adaptado).
- (D) “Em lugar de ensinar os funcionários a usar o gerúndio, resolve-se o problema banindo-o da língua, como se a língua tivesse um só dono, coisa que, aliás, o governo deve pensar, ao impor uma mudança ortográfica absurda e sem sentido, nascida pretensamente para unificar a ortografia dos países de língua portuguesa, mas que, infelizmente, não unifica nada, porque continua admitindo grafias duplas” (<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/18/o-gerundio-expulso-a-abolicao-do-gerundio-e-as-143792-1.asp>).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Acerca do constitucionalismo e suas convergências com o exercício da soberania popular, é correto asseverar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagra

- (A) a democracia representativa, enquanto desempenho do poder popular de maneira direta, exercido por representantes diretamente escolhidos pelo povo.
- (B) a democracia indireta, enquanto desempenho do poder popular mediante o sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- (C) a democracia semidireta ou participativa, enquanto desempenho do poder popular mediante representantes do povo, nas três esferas federativas, a saber: os deputados federais e senadores (âmbito federal), deputados estaduais (âmbito estadual) e os vereadores (âmbito municipal).
- (D) um sistema híbrido de democracia, no qual o desempenho do poder popular é efetuado de maneira indireta, por meio de representantes, e também de maneira direta, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

12. No que concerne ao poder constituinte no bojo da Carta brasileira de 1988, considere:

I. A revisão constitucional, prevista no artigo 3.º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e realizada cinco anos após a promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988, é uma das hipóteses de manifestação do poder constituinte derivado reformador.

II. A garantia de liberdade concedida aos Estados membros que permite que estes elaborem suas próprias Constituições, desde que respeitem a soberania federal, procede do poder constituinte derivado decorrente.

III. As emendas à Constituição são a exteriorização do poder constituinte derivado, mas encontram limites dispostos pelo poder constituinte originário, consagrados no artigo 60 da Carta Magna brasileira.

Estão corretos os itens:

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I, II e III.

13. Acerca dos requisitos para o ajuizamento da ação popular, considere:

I. Tão-somente tem legitimidade para propositura da ação popular o cidadão, sendo este um requisito objetivo.

II. Para que seja procedente, o ajuizamento, a natureza do ato ou da omissão do Poder Público a ser impugnado deve ser, obrigatoriamente, lesivo ao patrimônio público, seja por ilegalidade, seja por imoralidade.

III. No caso de ação popular ambiental basta haver nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva e a lesão ao ecossistema, ao passo que, em caso de ação visando proteger o patrimônio público, além de demonstrar a lesão ao Erário, o autor popular deve estabelecer a existência de vício de incompetência ou de forma, a ilicitude de objeto, a inexistência de motivos ou o desvio de finalidade.

Estão corretos os itens:

(A) I e II, somente.

(B) I e III, somente.

(C) II e III, somente.

(D) I, II e III.

14. O estudo da evolução dos direitos e garantias fundamentais, hodiernamente, ultrapassou a mera seqüência apregoada pelo lema da Revolução Francesa, perpassando por questões correlatas à contemporaneidade. Nesse sentido, alguns doutrinadores classificam tais direitos e garantias em gerações. Assim, os direitos de acesso ao uso de novas tecnologias, como a biotecnologia, a bioengenharia e a informática, são classificados em:

(A) direitos fundamentais de segunda geração.

(B) direitos fundamentais de terceira geração.

(C) direitos fundamentais de quarta geração.

(D) direitos fundamentais de quinta geração.

15. Constitui pressuposto de ordem material do estado de defesa:

(A) que a ordem pública ou a paz social não possam ser restabelecidos pelos instrumentos coercitivos normais.

(B) decreto do Presidente da República, com tempo de duração do estado de defesa, as áreas abrangidas e quais as medidas adotadas.

(C) grave perturbação da ordem ou da paz individual.

(D) prévia oitiva do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.

16. Constitucionalmente, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à

(A) saúde, educação e previdência social.

(B) saúde, previdência social e assistência social.

(C) comunicação social, assistência social e previdência social.

(D) educação, saúde, assistência social e previdência social.

17. A respeito da possibilidade de edição de medidas provisórias pelos Estados-membros e municípios, considere:

I. O entendimento do Supremo Tribunal Federal que considera as regras básicas de processo legislativo previstas na Constituição Federal, como modelos obrigatórios às Constituições Estaduais, permite que, no âmbito estadual, haja previsão de medidas provisórias a serem editadas pelo Governador de Estado e analisadas pela Assembléia Legislativa, desde que exista previsão expressa na Constituição Estadual, sendo obrigatória a observância do modelo básico da Constituição Federal.

II. O entendimento do Supremo Tribunal Federal que considera as regras básicas de processo legislativo previstas na Constituição Federal, como modelos obrigatórios às Leis Orgânicas dos Municípios, permite que, no âmbito municipal, haja previsão de medidas provisórias a serem editadas pelo Prefeito Municipal e analisadas pela Câmara Municipal, apenas, desde que exista previsão expressa na Lei Orgânica do Município, sendo obrigatória a observância do modelo básico da Constituição Federal.

III. O entendimento do Supremo Tribunal Federal que considera as regras básicas de processo legislativo previstas na Constituição Federal, como modelos obrigatórios às Leis Orgânicas dos Municípios, permite que, no âmbito municipal, haja previsão de medidas provisórias a serem editadas pelo Prefeito Municipal e analisadas pela Assembléia Legislativa do respectivo Estado em que está situado o Município, apenas, desde que exista previsão expressa na Lei Orgânica do Município e também na Constituição Estadual, sendo obrigatória a observância do modelo básico da Constituição Federal.

IV. O entendimento do Supremo Tribunal Federal que considera as regras básicas de processo legislativo previstas na Constituição Federal, como modelos obrigatórios às Leis Orgânicas dos Municípios, permite que, no âmbito municipal, haja previsão de medidas provisórias a serem editadas pelo Prefeito Municipal e analisadas pela Câmara Municipal, e, em seguida, pela Assembléia Legislativa do respectivo Estado em que está situado o Município, desde que exista previsão expressa na Lei Orgânica do Município e também na Constituição Estadual, sendo obrigatória a observância do modelo básico da Constituição Federal.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I e IV, somente.
- (D) IV, somente.

18. Quanto à ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), afirma-se:

- I. A ADIn, em virtude de sua natureza e finalidade especial, é insuscetível de desistência.
 - II. O prazo para o ajuizamento da ADIn se sujeita à observância do prazo de natureza prescricional de 120 (cento e vinte) dias, a partir da edição da lei ou ato normativo incompatível com a ordem jurídica.
 - III. Cabe ao Presidente do Supremo Tribunal Federal realizar o exame de admissibilidade de cada ADIn proposta, a fim de verificar se os requisitos exigidos processual e materialmente estão nela presentes.
 - IV. São legitimadas para a propositura da ADIn por omissão os mesmos oito autores legitimados para propor a ADIn propriamente dita, previstos no artigo 103 da Constituição.
- (A) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.
 - (B) Estão corretas todas as afirmativas.
 - (C) Está correta apenas a afirmativa I.
 - (D) Estão corretas todas as afirmativas, exceto a II.

19. Enquanto espécie de tributo, a taxa é um dos fatos geradores do poder administrativo denominado de poder

- (A) de polícia.
- (B) regulamentar.
- (C) hierárquico.
- (D) disciplinar.

20. Não produz efeito vinculante, com eficácia "erga omnes", no bojo do sistema administrativo brasileiro, as decisões proferidas nas ações e/ou arguições

- (A) de descumprimento de preceito fundamental.
- (B) diretas de inconstitucionalidade.
- (C) declaratórias de constitucionalidade.
- (D) populares.

21. Tal qual instrumento de política urbana, estabelecido no Estatuto da Cidade, foi(foram) definido(s):

- (A) a desapropriação de imóvel subutilizado com pagamento em títulos, caso o direito de superfície não seja respeitado.
- (B) o IPTU progressivo, o solo criado e o estudo de impacto de vizinhança.
- (C) o plano de transporte urbano integrado para todos os municípios brasileiros.
- (D) o direito de preempção ao Poder Público Municipal em todas as áreas urbanas, menos para as áreas rurais dos municípios.

22. No que concerne ao montante da dívida mobiliária dos Municípios, a competência para estabelecer limites globais e condições é

- (A) do Congresso Nacional.
- (B) do Senado Federal.
- (C) da Câmara dos Deputados.
- (D) das respectivas câmaras municipais.

23. Expropriação é a transferência obrigatória da propriedade particular para o Poder Público, devidamente motivada. A opção que não apresenta motivação constitucional para tal é:

- (A) clamor social.
- (B) necessidade pública.
- (C) utilidade pública.
- (D) interesse social.

24. O controle jurisdicional dos atos administrativos realiza-se

- (A) exclusivamente pela ação popular.
- (B) pelo "habeas corpus".
- (C) por mandado de segurança, somente.
- (D) por diversas modalidades de ações judiciais.

25. Quando os sujeitos passivos da obrigação tributária, por intermédio da realização de negócios jurídicos lícitos, buscam evitar, no todo ou em parte, a obrigação tributária, com violação indireta da lei, por uma espécie de contorno ao seu campo material de incidência, visando à economia de tributos, há a ocorrência de

- (A) elisão tributária.
- (B) evasão tributária.
- (C) elusão tributária.
- (D) elação tributária.

26. No que concerne ao fato gerador e suas particularidades, assinale a alternativa correta:

- (A) Doutrinariamente, a expressão "fato gerador" deve ser aplicável à situação abstrata da situação prevista em lei, ao passo que, para o acontecimento concreto do fato definido na norma, usa-se a expressão "hipótese de incidência".
- (B) A autorização, dada à autoridade administrativa, de desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador, é denominada "detratação do fato gerador".
- (C) Pela definição legal de fato gerador, depreendemos que há irrelevância na seara tributária da invalidade jurídica do ato praticado pelo contribuinte.
- (D) O ordenamento legal tributário no Brasil não permite a ocorrência do fato gerador em situação jurídica sujeita a condição resolutória.

27. Os Municípios têm competência tributária para os seguintes tributos:

- (A) IPTU, ITBI, ISS e contribuição social previdenciária (cobrada de seus servidores, em benefício destes).
- (B) ITR, IPTU, ITBI e ISS.
- (C) ITCMD, IPTU, ITBI, ISS e contribuição social previdenciária (cobrada de seus servidores, em benefício destes).
- (D) ITCMD, IPTU, ITBI e ISS.

28. Constitui ação proposta pelo sujeito ativo da obrigação tributária:

- (A) medida cautelar fiscal.
- (B) ação declaratória em matéria tributária.
- (C) ação anulatória de débito fiscal.
- (D) ação de repetição do indébito.

29. A constituição do crédito tributário ocorre

- (A) pela confissão da dívida.
- (B) pelo lançamento.
- (C) pela antecipação do pagamento do valor devido.
- (D) pela declaração do contribuinte do valor da obrigação devida.

30. No que atine à legislação tributária, afirma-se corretamente que
- (A) não se aplicam à mesma, as disposições sobre vigência contidas na Lei de Introdução ao Código Civil, senão as disposições da Lei Complementar n.º 95/1998.
 - (B) os atos e situações que dão origem à obrigação tributária são fontes materiais direito tributário.
 - (C) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente aplica a lei tributária utilizando-se da analogia, dos princípios gerais do direito público, da equidade, do pensamento da lei e de todos os métodos que atinjam as finalidades da lei.
 - (D) o princípio da estrita legalidade tributária traz consigo a vedação de criação de tributos por lei complementar, senão apenas por lei ordinária.

31. No que concerne à Lei Municipal n.º 4.213, de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal de Parauapebas, assinale a alternativa certa:

- (A) A elaboração e a execução do planejamento das atividades municipais podem, apenas, quando for pertinente à realidade local, divergir com os planos do Governo do Estado do Pará e dos órgãos da Administração Federal.
- (B) A Lei Orçamentária Anual do Município de Parauapebas compreende: o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, o orçamento de investimento das empresas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social do Município.
- (C) Os órgãos da Prefeitura Municipal de Parauapebas, diretamente subordinados ao Prefeito Municipal, estão agrupados em: órgãos de coordenação, supervisão e integração municipal; órgãos de assessoramento; órgãos auxiliares; órgãos de administração geral; e órgãos de administração específica.
- (D) A Procuradoria Geral do Município é um órgão de assessoramento da Administração Municipal, ao passo que a Secretaria Municipal de Administração é um órgão de administração específica.

32. Quanto às disposições da Lei Orgânica do Município de Parauapebas, assevera-se corretamente que

- (A) a criação, organização e supressão de distritos será feita por decreto municipal, observados a legislação estadual, a consulta plebiscitária e o disposto na Lei Orgânica Municipal.
- (B) é de competência comum do Município, da União e do Estado a promoção da cultura e da recreação.
- (C) o número de vereadores da Câmara Municipal será fixado, de uma legislatura para outra, até seis meses antes das eleições municipais, através de Decreto Legislativo, que será encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará e ao Juiz da Zona Eleitoral.
- (D) dentre outras atribuições, compete ao Prefeito Municipal representar o Município, em juízo ou fora dele; elaborar o Plano Diretor; conferir condecorações e distinções honoríficas; e autorizar referendo e plebiscito.

33. Em observância às disposições da Lei Municipal n.º 4.283, de 31 de dezembro de 2004, que instituiu o Código de Posturas do Município de Parauapebas, pode-se corretamente alegar que

- (A) os sons e ruídos provocados por ensaios ou exibição de escola de samba ou quaisquer outras entidades similares serão permitidos aos domingos e feriados, nos trinta dias que antecederem o tríduo carnavalesco, e, nos demais dias, apenas no período entre 7 (sete) horas da manhã e 0 (zero) hora.
- (B) todos os divertimentos públicos serão realizados mediante licença da Prefeitura, a exceção dos realizados fora das vias públicas, em recintos fechados, ainda que de livre acesso ao público.
- (C) assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública, ou transgredir as normas de trânsito e tráfego, sendo expressamente proibido nos logradouros públicos da cidade transitar com veículo de tração animal.
- (D) a fiscalização de posturas do Município será exercida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento.

34. Em reporte ao delineado na Lei Municipal n.º 4.231, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas, pode-se inferir que

- (A) é de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da posse do mesmo.
- (B) a reversão consiste na reinvestidura do funcionário no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- (C) a reintegração é o retorno à atividade do funcionário aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.
- (D) é vedado ao servidor público municipal promover manifestações de apreço no recinto da repartição.

35. De acordo com o Estatuto da Cidade:

- (A) Lei municipal específica estabelecerá as condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, determinando, dentre outros quesitos, estudo prévio de impacto de vizinhança.
- (B) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares.
- (C) Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados somente órgãos colegiados para a promoção das políticas públicas municipais.
- (D) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes.

36. Não constitui finalidade da Procuradoria Geral do Município de Parauapebas:

- (A) Organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade originais de leis, decretos, portarias e outros atos normativos pertinentes ao Executivo Municipal.
- (B) Coordenar as atividades do PROCON municipal.
- (C) Propor a celebração de convênios e contratos de cooperação com órgãos de outras esferas de Governo e não governamentais.
- (D) Elaborar mensagens do Chefe do Executivo Municipal à Câmara, bem como encaminhar anteprojetos de lei ao referido órgão.

37. Ademais de irrenunciáveis, os direitos da personalidade reputam-se

- (A) por intransmissíveis, podendo sofrer o seu exercício, parcialmente, limitação voluntária.
- (B) por intransmissíveis, não podendo sofrer o seu exercício, posto que parcialmente, limitação voluntária.
- (C) por intransmissíveis, podendo sofrer o seu exercício limitação voluntária.
- (D) por transmissíveis, em casos excepcionalmente elencados na Constituição, como durante o estado de sítio.

38. A prescrição

- (A) ocorre, em regra, após 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (B) correrá, posto que pendendo ação de evicção.
- (C) iniciada contra um indivíduo, continua a correr contra seu sucessor.
- (D) quando suspensa em favor de um dos credores solidários, vem em proveito dos demais, independentemente da espécie de obrigação.

39. Acerca do direito obrigacional, pode-se corretamente afirmar que

- (A) o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, posto que mais valiosa.
- (B) o julgamento desfavorável a um dos credores solidários sempre atinge os demais, assim como o julgamento favorável a um deles, aos demais aproveita.
- (C) nas obrigações alternativas, ao contrário do que ocorre nas obrigações de dar coisa incerta, a escolha pertence ao credor, exceto se houver estipulação contratual diversa.
- (D) caso haja mais de um devedor de uma obrigação indivisível, o credor poderá cobrar a dívida toda de qualquer um dos devedores, que não ficará sub-rogado no direito do credor em relação aos demais coobrigados, visto se tratar de obrigação indivisível.

40. O instrumento procuratório outorgado a diversas pessoas com esfera de atuação delimitada é denominado:

- (A) mandato plural substitutivo.
- (B) mandato plural composto.
- (C) mandato plural solidário.
- (D) mandato plural fracionário.

41. A posse de fâmulos é aquela exercida pelo

- (A) usufrutuário.
- (B) caseiro.
- (C) locatário.
- (D) proprietário.

42. Quanto às sociedades,

- (A) são sociedades personificadas as em nome coletivo, aquelas em comandita simples, bem como aquelas em conta de participação.
- (B) nas sociedades simples são irrevogáveis os poderes do sócio investido na administração mediante cláusula expressa do contrato social, exceto justa causa, judicialmente reconhecida, sob solicitação de qualquer dos sócios.
- (C) o Código Civil de 2002 abandonou a tradicional referência a sociedades comerciais e sociedades civis para acolher a definição de sociedades empresárias e sociedades simples.
- (D) as sociedades anônimas sempre são sociedades empresárias, ao passo que as cooperativas são sociedades simples.

43. Analise as assertivas abaixo e indique a opção correta:

- (A) A ação que verse sobre nulidade de uma escritura de compra e venda, é obrigatória a presença do Ministério Público.
- (B) Nas demandas em que a prescrição aquisitiva é argüida como matéria de defesa, é sempre obrigatória a intervenção do Ministério Público.
- (C) Um acórdão que confirmou sentença que decreta o despejo de imóvel, sendo os litigantes maiores e capazes, foi objeto de ação rescisória. Nesse caso, a intervenção do Ministério Público é obrigatória.
- (D) Em virtude de sua autonomia na atuação como fiscal da lei, o Ministério Público não será responsabilizado civilmente pelos atos que realizar no âmbito do processo civil, posto que provada pelo menos sua culpa.

44. Há a extinção do processo, com julgamento do mérito, quando o juízo pronunciar a ocorrência de

- (A) perempção.
- (B) coisa julgada.
- (C) prescrição.
- (D) litispendência.

45. Ao dispor que o Juiz decidirá a lide nos limites em foi proposta (artigo 128), sendo-lhe defeso proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida (artigo 460), contempla o Código de Processo Civil brasileiro:

- (A) O princípio da demanda.
- (B) O princípio da concentração.
- (C) O princípio da eventualidade.
- (D) O princípio da congruência.

46. Há permissão na cumulação de vários pedidos num mesmo processo, posto que

- (A) não haja um mínimo de conexão entre eles.
- (B) o juízo não seja competente para todos.
- (C) sejam entre si incompatíveis.
- (D) o tipo de procedimento não se amolde a todos os pedidos.

47. A coisa julgada resulta

- (A) do registro da sentença.
- (B) da publicação da sentença.
- (C) da sentença irrecurável.
- (D) do julgado da causa.

48. Certo acórdão, unânime, foi publicado na data de 11 de outubro, quarta-feira, véspera de feriado nacional. No dia 16, segunda-feira, não houve expediente forense. O prazo para a interposição de recurso especial expira

- (A) dia 27, sexta-feira.
- (B) dia 25, quarta-feira.
- (C) dia 31, terça-feira.
- (D) dia 23, segunda-feira.

49. No que concerne à lei penal, indique a alternativa certa:

- (A) A lei penal em branco, também chamada de norma cega ou aberta, em sentido restrito, é aquela em que a definição da conduta criminosa depende de um complemento dado por outra norma, sendo tal complemento elaborado pelo mesmo órgão que elaborou a norma penal em branco.
- (B) A lei penal em branco distingue-se da lei penal incompleta por possuir, aquela, preceito indeterminado e sanção determinada, e esta, preceito determinado e sanção indeterminada.
- (C) A lei penal não incriminadora extensiva é aquela que possui validade em todo o território nacional.
- (D) Pelo princípio da impessoalidade, a lei penal aplica-se, em regra, a fatos passados, presentes e futuros.

50. Analise as assertivas abaixo e indique a opção correta:

- (A) O crime de conexão teleológica é o praticado para assegurar a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.
- (B) No crime plurissubjetivo de condutas convergentes, os agentes visam ao mesmo objetivo, como no caso da quadrilha ou bando.
- (C) O crime multitudinário pressupõe a utilização de diversos instrumentos para sua consumação.
- (D) No chamado crime vago, o sujeito passivo é uma coletividade destituída de personalidade jurídica.

51. No que diz respeito ao *sursis*, assinale a alternativa correta:

- (A) O *sursis* simples se dá pela proibição de freqüentar determinados lugares, proibição de sair da comarca sem autorização do juízo e comparecimento mensal obrigatório.
- (B) A não reincidência em crime doloso constitui requisito objetivo para a concessão de *sursis*.
- (C) A não reparação injustificada do dano importa revogação do *sursis*, concedido a prudente critério do juiz.
- (D) O período fixado na sentença que concede o *sursis* é chamado de período de prova.

52. Quanto aos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- (A) Os crimes funcionais são crimes impróprios.
- (B) O crime de violação de sigilo funcional não admite forma tentada em qualquer hipótese.
- (C) Os crimes de emprego irregular de verbas públicas e peculato-desvio não são crimes formais.
- (D) Nos crimes de excesso de exação e prevaricação, apenas a Administração Pública figura no pólo passivo.

53. Quanto aos crimes praticados por particular contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- (A) também são considerados crimes funcionais.
- (B) o crime de sonegação de contribuição previdenciária não admite forma tentada em qualquer hipótese.
- (C) são todos crimes comuns.
- (D) o crime de desobediência não admite tentativa na forma comissiva.

54. A respeito da responsabilidade criminal dos prefeitos municipais, assinale a opção certa:

- (A) Impedir o funcionamento regular da Câmara de Vereadores é crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário.
- (B) Caso um Prefeito Municipal retarde a publicação ou deixe de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade, estará cometendo infração político-administrativa sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato.
- (C) Os órgãos federais ou estaduais, interessados na apuração da responsabilidade do Prefeito, podem requerer a abertura do inquérito policial ou a instauração da ação penal pelo Ministério Público, com autorização da Câmara Municipal.
- (D) Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando este deixar de tomar posse, ainda que justificadamente, dentro do prazo estabelecido em lei.

55. É correto afirmar:

- (A) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade de trabalho, não deve ser estipulado por período que ultrapasse um mês, inclusive o devido por comissões, porcentagens e gratificações.
- (B) Ante a ocorrência de “factum principis”, o ente público causador do fechamento do negócio do empregador, responderá pela totalidade das parcelas vencidas e pelas indenizações.
- (C) No tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, salvo, exclusivamente, se houver sido despedido por falta grave, recebido a indenização legal ou se aposentado espontaneamente.
- (D) As gratificações por tempo de serviço e produtividade repercutem no repouso semanal remunerado.

56. A jornada de trabalho em que o empregado, em sua casa, fica à disposição do empregador é denominada:

- (A) jornada “in itinere”.
- (B) jornada de tempo parcial.
- (C) jornada de sobreaviso.
- (D) jornada de prontidão.

57. São parcelas da remuneração que não possuem natureza salarial:

- (A) abonos.
- (B) adicionais.
- (C) prêmios e gratificações.
- (D) participação nos lucros ou resultados.

58. Acerca do sindicalismo no setor público:

- (A) Adotando a diretriz estabelecida pela Convenção 87 da OIT, a Constituição brasileira estendeu aos servidores públicos alguns dos direitos individuais dos empregados do setor privado, dentre eles o de sindicalização.
- (B) Em todos os países que já ratificaram a Convenção 87 da OIT, é livre o direito à sindicalização de todos os funcionários públicos.
- (C) No Brasil, há restrições quanto à sindicalização aos funcionários das Forças Armadas, da Polícia e dos ocupantes de cargo político.
- (D) o Brasil, sendo signatário da Convenção 87 da OIT, está obrigado a cumpri-la em todos os seus aspectos, ainda que futuramente, a exemplo de países que estão realizando reformas no setor público para tal desiderato.

59. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm, no processo do trabalho, a prerrogativa de contar com prazo em

- (A) quádruplo para a designação de audiência e em dobro para a apresentação de recurso.
- (B) dobro para a designação de audiência e em quádruplo para a apresentação de recurso.
- (C) quádruplo para a designação de audiência e para a apresentação de recurso.
- (D) dobro para a designação de audiência e para a apresentação de recurso.

60. Na Justiça do Trabalho, há recurso imediato das decisões interlocutórias:

- (A) em nenhuma hipótese, pois ferem diretamente a Constituição Federal.
- (B) em nenhuma hipótese, pois não decidem coisa alguma.
- (C) sempre, resguardando o duplo grau de jurisdição.
- (D) somente na hipótese de decisão terminativa do feito.